

PLANO SAFRA 2026/2027

Análise Crítica das Principais Medidas

Junho 2026

Cogo Inteligência em Agronegócio

Relatório Técnico Confidencial – Uso Exclusivo do Cliente

Sumário Executivo

O Governo Federal lançou o Plano Safra 2026/2027 destinando R\$ 525,1 bilhões para a agricultura empresarial, crescimento nominal de apenas 1,7% sobre os R\$ 516,2 bilhões disponibilizados na safra 2025/2026. Embora represente o maior volume nominal já anunciado, trata-se de uma expansão bastante modesta diante da inflação, da elevação dos custos de produção e da crescente demanda por crédito do agronegócio brasileiro.

O principal avanço do novo Plano foi a redução das taxas de juros das principais linhas de crédito. Entretanto, essa redução somente foi possível graças ao aumento de 41% na subvenção do Tesouro Nacional destinada à equalização das operações da agricultura empresarial, que passou de R\$ 3,94 bilhões para R\$ 5,56 bilhões.

Paradoxalmente, apesar do maior esforço fiscal, **o volume de recursos equalizados caiu 14,8%, passando de R\$ 113,8 bilhões para apenas R\$ 97 bilhões.** Isso demonstra que o elevado custo da equalização, decorrente da manutenção da taxa Selic em patamar elevado durante grande parte da construção do Plano, reduziu significativamente a capacidade do governo de oferecer crédito subsidiado.

Outro aspecto relevante é que **o crescimento de 38% anunciado para os recursos de investimento decorre principalmente da incorporação de programas paralelos**, como o Move Agricultura (R\$ 10 bilhões) e o EcoInvest Brasil (R\$ 28,5 bilhões). Em contrapartida, praticamente todas as linhas tradicionais de investimento sofreram redução de orçamento, incluindo Moderfrota, PCA, RenovAgro, Inovagro, Proirriga e Prodecoop.

Embora o governo tenha sinalizado durante toda a elaboração do Plano Safra que buscaria disponibilizar crédito rural predominantemente com juros de um dígito, essa expectativa não se confirmou. A maioria das linhas continua operando entre 11,5% e 12,5% ao ano, especialmente aquelas destinadas à mecanização, irrigação, inovação tecnológica e cooperativismo.

Avaliação da Consultoria

O Plano Safra 2026/2027 representa uma melhora em relação à edição anterior, principalmente pela redução dos juros, mas permanece distante das necessidades de financiamento do agronegócio brasileiro. O Plano não promove expansão significativa do crédito rural, mas sim uma reorganização da política de financiamento diante das restrições fiscais enfrentadas pelo Governo Federal.

1. Contexto Econômico do Plano Safra 2026/2027

O Plano Safra 2026/2027 foi elaborado em um dos ambientes fiscais mais complexos dos últimos anos. Entre os principais desafios enfrentados pelo governo destacam-se:

- Manutenção da taxa Selic em patamar elevado durante praticamente toda a elaboração do Plano
- Elevado custo da equalização das taxas de juros
- Restrições fiscais impostas pelo novo arcabouço fiscal
- Elevado comprometimento do orçamento público com renegociações de dívidas rurais
- Necessidade de manter o controle da inflação dos alimentos
- Desaceleração dos investimentos privados no setor agropecuário

Diferentemente de anos anteriores, o desafio deixou de ser apenas ampliar o volume de recursos e passou a ser preservar o funcionamento da política de crédito rural diante do crescente custo fiscal da equalização.

2. Evolução dos Recursos

Comparativo Geral

Indicador	Plano Safra 2025/26	Plano Safra 2026/27	Variação
Agricultura Empresarial	R\$ 516,2 bilhões	R\$ 525,1 bilhões	+1,7%
Custeio e Comercialização	R\$ 414,7 bilhões	R\$ 384,9 bilhões	-7,2%
Investimentos	R\$ 101,5 bilhões	R\$ 140,2 bilhões*	+38,1%
Pronamp	R\$ 69,1 bilhões	R\$ 72,6 bilhões	+5,1%

**Inclui Move Agricultura e EcoInvest Brasil.*

Análise

Embora o governo destaque um novo recorde de recursos, o crescimento efetivo foi extremamente limitado. Os R\$ 9 bilhões adicionais representam expansão nominal de apenas 1,7%, insuficiente para acompanhar:

- Inflação acumulada
- Valorização dos insumos agrícolas

- Crescimento do PIB agropecuário
- Maior demanda por capital de giro

Em termos reais, a capacidade de financiamento praticamente permaneceu estagnada.

3. O Maior Esforço Fiscal da História Recente

O principal diferencial deste Plano Safra foi o aumento da subvenção destinada à equalização dos juros.

Indicador	2025/26	2026/27	Variação
Equalização Tesouro (Agricultura Empresarial)	R\$ 3,94 bilhões	R\$ 5,56 bilhões	+41%
Recursos Equalizados	R\$ 113,8 bilhões	R\$ 97 bilhões	-14,8%

Avaliação da Consultoria

Esse talvez seja o indicador mais importante de todo o Plano Safra. Mesmo aumentando em 41% o gasto público com equalização, o governo conseguiu ofertar menos crédito subsidiado. Na prática: cada real gasto pelo Tesouro compra hoje menos crédito rural do que comprava há apenas um ano. Esse comportamento evidencia a crescente insustentabilidade fiscal do atual modelo de crédito rural baseado em equalização de juros.

4. Juros: Avanço Importante, mas a Promessa de Juros de Um Dígito Não Se Concretizou

Desde o início das discussões do Plano Safra 2026/2027, o Ministério da Agricultura sinalizou que buscava reduzir significativamente o custo do crédito rural, trabalhando com a expectativa de que a maior parte das linhas de financiamento pudesse operar com taxas de juros de um dígito.

Essa sinalização foi amplamente recebida pelo setor produtivo, que via na redução da taxa Selic uma oportunidade para recuperar parte da competitividade perdida nos últimos dois anos, marcados pelo aumento expressivo do custo financeiro das operações de crédito. Entretanto, a configuração final do Plano demonstra que essa expectativa foi apenas parcialmente atendida.

Comparativo das Principais Taxas de Juros

Programa	2025/2026	2026/2027	Varição
Pronamp	10,0%	9,0%	-1,0 p.p.
PCA até 12 mil toneladas	8,5%	8,0%	-0,5 p.p.
PCA Geral	10,0%	9,5%	-0,5 p.p.
RenovAgro	10,0%	9,5%	-0,5 p.p.
RenovAgro Ambiental	8,5%	8,5%	Estável
Moderfrota Pronamp	12,5%	11,5%	-1,0 p.p.
Moderfrota Empresarial	13,5%	12,5%	-1,0 p.p.
Inovagro	12,5%	11,5%	-1,0 p.p.
Proirriga	12,5%	11,5%	-1,0 p.p.
Investimento Empresarial	12,5%	11,5%	-1,0 p.p.
Prodecoop	13,5%	12,0%	-1,5 p.p.
Procap Agro	13,5%	12,0%	-1,5 p.p.
Custeio Empresarial	14,0%	12,5%	-1,5 p.p.

Apenas Uma Minoria das Linhas Opera Abaixo de 10%

Ao analisar todas as principais linhas equalizadas do Plano Safra, observa-se que apenas um número reduzido de programas apresenta efetivamente taxas inferiores a 10% ao ano. As linhas enquadradas nesse patamar são:

- Pronamp
- PCA
- PCA até 12 mil toneladas
- RenovAgro
- RenovAgro Ambiental
- RenovAgro Recuperação de Pastagens

Por outro lado, permanecem acima de dois dígitos praticamente todas as linhas voltadas para investimentos produtivos tradicionais:

- Aquisição de tratores
- Colheitadeiras
- Implementos
- Irrigação
- Agricultura de precisão
- Inovação tecnológica
- Armazenagem de maior porte
- Capitalização de cooperativas

Em outras palavras, justamente os investimentos responsáveis pelo aumento estrutural da produtividade continuam enfrentando um custo financeiro elevado.

A Promessa Ficou Pela Metade

O governo argumenta que a redução média das taxas foi de aproximadamente 1,5 ponto percentual, superior inclusive à queda observada na própria taxa Selic durante o período. Esse argumento é tecnicamente correto. Entretanto, ele não altera o fato de que a promessa de um Plano Safra predominantemente financiado com juros de um dígito não foi alcançada. Na prática, o produtor continua encontrando taxas entre 11,5% e 12,5% ao ano para boa parte dos investimentos.

O Impacto Econômico Dessas Taxas

Em operações de investimento com prazo entre oito e dez anos, diferenças aparentemente pequenas nas taxas de juros produzem impactos relevantes sobre o custo total do financiamento. Projetos como:

- Sistemas de irrigação
- Renovação da frota de tratores
- Construção de armazéns
- Agricultura de precisão
- Ampliação de instalações pecuárias

continuam sujeitos a um elevado custo financeiro. Para muitos produtores, principalmente aqueles que operam com margens mais estreitas, esse nível de juros permanece como um fator limitante para novos investimentos.

O Problema da Selic Elevada

O próprio Ministério da Agricultura reconheceu que o principal obstáculo para uma redução mais intensa das taxas foi o elevado custo da equalização. Quanto maior a taxa Selic, maior o valor que o Tesouro precisa desembolsar para subsidiar cada contrato. Assim, embora a Selic tenha iniciado um ciclo de queda, o patamar ainda elevado durante a elaboração do Plano consumiu parcela significativa do orçamento destinado à equalização. O resultado foi um Plano Safra que conseguiu reduzir os juros, mas não na intensidade inicialmente pretendida.

Avaliação da Consultoria

*A redução das taxas de juros representa o principal avanço do Plano Safra 2026/2027 e deve ser reconhecida como um esforço relevante do governo em um ambiente fiscal adverso. No entanto, esse avanço foi insuficiente para alterar de forma estrutural o custo do crédito rural para investimentos. **A expectativa criada ao longo da elaboração do Plano era de um retorno ao crédito predominantemente financiado com juros de um dígito. O resultado final ficou aquém desse objetivo.** A maior parte das linhas estratégicas continua operando acima de 10% ao ano, especialmente aquelas voltadas à mecanização, irrigação, inovação tecnológica e fortalecimento das cooperativas. Embora a redução média das taxas tenha sido superior à própria queda da Selic, o custo financeiro ainda permanece elevado quando comparado às margens atualmente observadas em diversas cadeias agropecuárias. Isso significa que muitos investimentos continuarão sendo postergados ou redimensionados, sobretudo entre produtores que dependem fortemente do crédito rural para modernizar suas propriedades.*

5. A Reconfiguração das Linhas de Investimento

Um dos principais argumentos utilizados pelo Governo Federal na apresentação do Plano Safra 2026/2027 foi o aumento dos recursos destinados aos investimentos. Segundo os números oficiais, o orçamento destinado a investimentos passou de R\$ 101,5 bilhões na safra 2025/2026 para R\$ 140,2 bilhões na safra 2026/2027, crescimento de aproximadamente 38%. À primeira vista, o dado sugere um forte estímulo à modernização da agropecuária brasileira.

Entretanto, uma análise detalhada da composição desses recursos revela um cenário bastante diferente. **Na realidade, praticamente todas as linhas tradicionais de investimento sofreram redução de orçamento.** O crescimento anunciado decorre quase exclusivamente da incorporação de novos programas, especialmente Move Agricultura (R\$ 10 bilhões) e EcoInvest Brasil (R\$ 28,5 bilhões). Sem esses dois programas, os recursos destinados às linhas tradicionais de investimento apresentariam retração significativa.

Comparativo das Principais Linhas de Investimento

Programa	2025/26 (R\$ mi)	2026/27 (R\$ mi)	Variação
Moderfrota Empresarial	9.500	3.700	-61,1%
Moderfrota Pronamp	3.080	2.100	-31,8%
Moderfrota Total	12.580	5.800	-53,9%
Proirriga	2.750	1.700	-38,2%
PCA	8.200	5.900	-28,0%
RenovAgro Total	8.150	6.200	-23,9%
Inovagro	6.800	4.200	-38,2%
Prodecoop	1.900	1.300	-31,6%
Procap Agro	1.050	800	-23,8%
Investimento Empresarial	1.700	1.300	-23,5%
Pronamp Investimento	9.000	9.000	0%

Das Principais Linhas Tradicionais...

A comparação evidencia um resultado bastante claro. Das dez principais linhas tradicionais de investimento: nove tiveram redução de recursos, uma permaneceu estável (Pronamp Investimento) e nenhuma recebeu aumento de orçamento. Esse comportamento representa uma ruptura importante

em relação aos Planos Safra dos últimos anos, que normalmente buscavam ampliar gradativamente os recursos destinados às principais linhas de investimento.

O Aumento Anunciado Decorre de Novos Programas

O crescimento de R\$ 38,7 bilhões nos recursos destinados aos investimentos é explicado quase integralmente por dois novos instrumentos:

Move Agricultura

- Recursos: R\$ 10 bilhões
- Objetivo: aquisição de tratores, colheitadeiras, implementos agrícolas e máquinas em geral
- Taxa de juros: 9,2% ao ano
- Operação: BNDES e Finep

EcoInvest Brasil

- Recursos: R\$ 28,5 bilhões
- Objetivo: recuperação de pastagens degradadas, agricultura de baixo carbono e projetos ambientais
- Operação: fundos privados e instrumentos financeiros

Somados, esses dois programas representam R\$ 38,5 bilhões, praticamente o mesmo crescimento anunciado para todo o orçamento de investimentos. Isso demonstra que a expansão não ocorreu nas linhas tradicionais do crédito rural.

Moderfrota Deixa de Ser Protagonista

A redução do Moderfrota foi a mais expressiva de todo o Plano, caindo de R\$ 12,58 bilhões para R\$ 5,80 bilhões — queda de 54%. À primeira vista, o dado poderia indicar forte retração do apoio governamental à mecanização agrícola. Contudo, essa conclusão seria incompleta: o governo criou simultaneamente o Move Agricultura, disponibilizando mais R\$ 10 bilhões para aquisição de máquinas agrícolas.

Linha	Recursos
Moderfrota	R\$ 5,8 bilhões
Move Agricultura	R\$ 10 bilhões
Total potencial	R\$ 15,8 bilhões

Ou seja, o financiamento potencial para mecanização passa a ser superior ao da safra passada. Mas existe uma diferença importante: apesar do maior volume potencial, o Move Agricultura possui

estrutura operacional distinta, novas regras de contratação, participação de diferentes agentes financeiros, critérios próprios de elegibilidade e necessidade de rápida operacionalização pelos bancos. Em outras palavras, não basta existir orçamento disponível — será necessário verificar a velocidade de contratação, a disponibilidade efetiva nas instituições financeiras, a adesão dos fabricantes e a procura dos produtores. Até que isso ocorra, permanece certa incerteza sobre a efetiva substituição do papel historicamente desempenhado pelo Moderfrota.

PCA: Menor Orçamento Justamente Quando Cresce o Déficit de Armazenagem

Embora os juros tenham sido reduzidos (de 10% para 9,5%, e de 8,5% para 8% nos silos de até 12 mil toneladas), o orçamento caiu de R\$ 8,2 bilhões para R\$ 5,9 bilhões, redução de aproximadamente 28%. Esse movimento ocorre justamente quando o Brasil enfrenta um déficit crescente de armazenagem. A capacidade estática nacional permanece insuficiente para acompanhar o crescimento da produção de grãos, obrigando muitos produtores a comercializar parte da safra imediatamente após a colheita, em períodos de maior pressão sobre os preços.

Proirriga: Um Sinal Contraditório

Talvez nenhuma redução seja tão difícil de justificar quanto a do Proirriga. Os recursos passaram de R\$ 2,75 bilhões para R\$ 1,70 bilhão, queda superior a 38%. Isso ocorre justamente em um cenário marcado por maior frequência de secas, expansão da agricultura irrigada, fortalecimento do El Niño e necessidade crescente de adaptação às mudanças climáticas. A irrigação vem sendo considerada um dos principais instrumentos para aumentar a estabilidade da produção agrícola brasileira. Mesmo assim, o orçamento destinado ao programa sofreu uma das maiores reduções do Plano.

Avaliação da Consultoria

A análise das linhas de investimento revela uma mudança profunda na estratégia da política agrícola. O governo optou por concentrar o esforço fiscal na redução das taxas de juros, mas reduziu significativamente os recursos das linhas tradicionais que, há décadas, sustentam a modernização da agropecuária brasileira. Embora programas como o Move Agricultura e o EcolInvest Brasil ampliem as alternativas de financiamento, eles não substituem automaticamente a função desempenhada por instrumentos consolidados como Moderfrota, PCA e Proirriga. Do ponto de vista estratégico, essa reconfiguração representa uma inflexão importante na política de crédito rural: o modelo deixa de se apoiar predominantemente em linhas clássicas equalizadas e passa a incorporar, de forma crescente, instrumentos complementares, maior participação do mercado financeiro e programas específicos. Se essa transição não for acompanhada por execução eficiente e ampla capilaridade, existe o risco de que a expansão anunciada dos investimentos não se traduza, na prática, em maior capacidade de modernização do setor agropecuário brasileiro.

6. O Crédito Rural Brasileiro Está Mudando

Mais do que um conjunto de medidas para uma única safra, **o Plano Safra 2026/2027 sinaliza uma transformação estrutural na política de financiamento da agropecuária brasileira**. Historicamente, o crédito rural brasileiro foi sustentado por recursos públicos, fortemente apoiados na equalização das taxas de juros pelo Tesouro Nacional. Esse modelo permitiu durante décadas oferecer financiamentos com juros significativamente inferiores aos praticados pelo mercado financeiro. Entretanto, **os números do Plano Safra demonstram que esse modelo vem perdendo capacidade de expansão**.

A Participação dos Recursos Privados Continua Crescendo

Dos R\$ 525,1 bilhões destinados à agricultura empresarial, **R\$ 194 bilhões correspondem a operações estruturadas por meio de CPRs lastreadas em Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs)**, recursos obrigatórios provenientes da poupança rural e fontes livres de mercado. Isso significa que mais de um terço do financiamento anunciado já depende diretamente da capacidade do mercado financeiro de captar recursos. Há poucos anos, essa participação era significativamente menor.

O Crédito Oficial Perde Participação Relativa

Enquanto os recursos privados avançam, observa-se redução da participação das linhas tradicionais equalizadas, mesmo com aumento expressivo da subvenção do Tesouro. Ou seja, o governo aumentou o gasto público, mas reduziu o volume de crédito efetivamente subsidiado.

A Equalização Tornou-se Cada Vez Mais Cara

A razão dessa mudança está diretamente relacionada à política monetária. Durante muitos anos, o Tesouro conseguia equalizar grandes volumes de crédito com relativamente poucos recursos orçamentários. Hoje essa realidade mudou: com juros básicos elevados, cada operação exige maior volume de recursos públicos. Na prática, quanto maior a Selic, menor a capacidade de expansão do crédito subsidiado. Esse é um fenômeno estrutural.

O Plano Safra Deixa de Ser o Principal Financiador da Agropecuária

Outro aspecto relevante é que parte importante dos investimentos passa a ser financiada por programas paralelos, entre eles Move Agricultura, EcoInvest Brasil, linhas dolarizadas do BNDES, CPRs, LCAs, CRA, Fiagros e mercado de capitais. Ou seja, o Plano Safra passa a funcionar cada vez mais como um instrumento de coordenação da política agrícola, e não mais como a principal fonte de financiamento do agronegócio. Essa mudança representa uma inflexão importante em relação ao modelo adotado nas últimas décadas.

Os Desafios Dessa Transição

Essa mudança, entretanto, traz novos desafios. Enquanto grandes grupos agropecuários possuem acesso relativamente fácil ao mercado financeiro, os produtores de médio porte ainda dependem fortemente das linhas tradicionais do Plano Safra. Isso cria uma assimetria importante: os grandes produtores conseguem substituir parte do crédito oficial, já pequenos e médios produtores continuam dependentes da política pública. É justamente por isso que o fortalecimento do Pronamp ganha tanta relevância no Plano Safra 2026/2027.

Uma Nova Função para o Plano Safra

Historicamente, o Plano Safra tinha como principal missão fornecer crédito. Nos próximos anos, sua função tende a ser diferente: o governo passa gradualmente a atuar como indutor de investimentos, redutor do custo financeiro, mitigador de riscos e catalisador de recursos privados. Essa mudança é compatível com experiências observadas em diversos países exportadores de alimentos, mas exige maior integração entre política agrícola, mercado de capitais e sistema financeiro.

Avaliação da Consultoria

O Plano Safra 2026/2027 evidencia que o Brasil ingressa em uma nova fase do financiamento agropecuário. O crédito rural subsidiado permanece relevante, mas deixa gradualmente de ser o eixo central da expansão dos investimentos. A crescente participação de CPRs, LCAs, Fiagros e outros instrumentos privados revela uma mudança estrutural que dificilmente será revertida no médio prazo. Essa transição é compreensível diante das limitações fiscais enfrentadas pelo Estado, mas traz implicações importantes: a menor disponibilidade de recursos equalizados tende a ampliar a segmentação do mercado de crédito, com produtores de maior porte e empresas mais capitalizadas obtendo acesso crescente a fontes privadas, enquanto médios produtores e cooperativas continuarão dependendo, em grande medida, das linhas oficiais do Plano Safra. O sucesso dessa estratégia dependerá da capacidade de ampliar a segurança jurídica, fortalecer instrumentos de garantia, desenvolver o mercado de capitais voltado ao agronegócio e assegurar que os recursos privados cheguem de forma ampla e competitiva aos produtores rurais.

7. Pontos Positivos, Pontos Negativos e Avaliação Final

O Plano Safra 2026/2027 representa uma melhora em relação ao ciclo anterior, sobretudo pela redução das taxas de juros e pelo maior esforço fiscal destinado à equalização. Entretanto, a análise detalhada demonstra que os avanços foram limitados pelas restrições orçamentárias e pelo elevado custo da política de crédito rural em um ambiente de juros ainda elevados.

Principais Pontos Positivos

1. Redução das Taxas de Juros

O maior avanço do Plano Safra foi a redução das taxas de financiamento. Depois de um ciclo marcado pelo aumento generalizado dos juros em 2025/2026, o governo conseguiu reduzir praticamente todas as linhas entre 0,5 e 1,5 ponto percentual, melhorando a viabilidade econômica das operações de custeio e investimento, especialmente para os médios produtores enquadrados no Pronamp.

2. Maior Esforço Fiscal do Tesouro Nacional

Mesmo diante das limitações orçamentárias, o governo elevou em 41% os recursos destinados à equalização das operações da agricultura empresarial — o maior esforço orçamentário realizado desde o início do atual governo para reduzir o custo do crédito rural.

3. Fortalecimento do Pronamp

O Pronamp consolida-se definitivamente como prioridade da política agrícola, com redução dos juros para 9% ao ano, manutenção do limite de enquadramento em R\$ 3,5 milhões, novas finalidades financiáveis e equiparação das taxas de custeio e comercialização.

4. Continuidade da Agenda Ambiental

O Plano mantém incentivos importantes para agricultura de baixo carbono, recuperação de pastagens, regularização ambiental e armazenagem, linhas que continuam oferecendo algumas das menores taxas do Plano Safra.

5. Diversificação das Fontes de Financiamento

O fortalecimento de instrumentos como Move Agricultura, EcoInvest Brasil, CPRs e LCAs representa um passo importante para reduzir a dependência exclusiva dos recursos públicos, tendendo a fortalecer o financiamento privado do agronegócio ao longo dos próximos anos.

Principais Pontos Negativos

1. Crescimento Real Praticamente Inexistente

O aumento de apenas 1,7% dos recursos para a agricultura empresarial representa um dos menores crescimentos dos últimos anos. Na prática, não há expansão significativa da capacidade de financiamento quando considerados inflação, aumento dos custos agrícolas e crescimento do setor.

2. O Governo Gastará Mais para Oferecer Menos Crédito Subsidiado

Esse talvez seja o dado mais preocupante de todo o Plano. Embora a equalização tenha aumentado 41%, os recursos equalizados caíram quase 15%, demonstrando que o atual modelo de financiamento se tornou extremamente oneroso para o Tesouro Nacional.

3. Promessa de Juros de Um Dígito Não Foi Cumprida

O governo criou expectativa de que o Plano Safra seria financiado majoritariamente com juros inferiores a 10% ao ano. Entretanto, Moderfrota continua em 12,5%, Proirriga e Inovagro permanecem em 11,5%, Prodecoop e Procap Agro em 12%, Investimento Empresarial em 11,5% e Custeio Empresarial em 12,5%. Na prática, as linhas responsáveis pelos investimentos estruturantes continuam operando com juros elevados.

4. Redução Generalizada das Linhas Tradicionais

A análise comparativa mostra que praticamente todos os programas tradicionais perderam orçamento, com as maiores reduções em Moderfrota (-54%), Proirriga (-38%), Inovagro (-38%), PCA (-28%), RenovAgro (-24%) e Prodecoop (-32%). O crescimento anunciado dos investimentos decorre principalmente da incorporação do Move Agricultura e do EcoInvest Brasil.

5. Irrigação Perde Prioridade

Entre todas as reduções, a do Proirriga merece atenção especial. A irrigação é um dos principais instrumentos de adaptação às mudanças climáticas; mesmo assim, o orçamento caiu mais de 38%, decisão que parece contraditória diante do aumento da frequência de secas e da maior variabilidade climática observada nos últimos anos.

6. Armazenagem Continua Insuficiente

Apesar da redução dos juros do PCA, o orçamento foi reduzido justamente quando o déficit de armazenagem brasileiro continua aumentando. O país permanece armazenando menos do que produz, o que reduz a capacidade de comercialização do produtor e amplia os custos logísticos.

7. Crescente Dependência do Mercado Privado

A participação crescente de CPRs, LCAs e outros instrumentos privados é positiva sob a ótica da diversificação das fontes de recursos. Entretanto, essa mudança também amplia a dependência do

mercado financeiro e pode aumentar a desigualdade de acesso ao crédito entre grandes empresas e produtores de menor porte, especialmente em períodos de maior volatilidade econômica.

Comparação com o Plano Safra 2025/2026

Aspecto	2025/2026	2026/2027	Avaliação
Recursos Totais	Crescimento nominal limitado	Crescimento nominal limitado	Estabilidade
Taxas de Juros	Forte alta	Redução parcial	Melhorou
Equalização	Menor esforço fiscal	Maior esforço fiscal	Melhorou
Recursos Equalizados	Maior volume	Menor volume	Piorou
Linhas Tradicionais	Mantidas	Forte redução	Piorou
Moderfrota	Recursos elevados	Recursos reduzidos	Piorou
Move Agricultura	Não existia	Criado	Melhorou
Sustentabilidade	Incentivos ampliados	Incentivos mantidos	Estável
Pronamp	Prioridade	Prioridade reforçada	Melhorou

Veredicto Final da Consultoria

O Plano Safra 2026/2027 representa um modesto avanço em relação ao ciclo anterior, mas está longe de configurar uma expansão robusta da política de crédito rural. O esforço do governo concentrou-se na redução das taxas de juros e na preservação do acesso ao financiamento em um contexto de forte restrição fiscal. Esse objetivo foi parcialmente alcançado, sobretudo pelo aumento de 41% na equalização do Tesouro e pela redução dos encargos financeiros em praticamente todas as linhas.

No entanto, os resultados vieram acompanhados de concessões importantes. **O crescimento nominal de apenas 1,7% dos recursos para a agricultura empresarial praticamente não altera a capacidade de financiamento do setor.** Mais preocupante ainda é a redução de 14,8% dos recursos equalizados, indicando que o governo precisou gastar mais para subsidiar um volume menor de crédito. Além disso, **a promessa de disponibilizar um Plano Safra predominantemente com juros de um dígito não se concretizou**, uma vez que as principais linhas de investimento continuam operando entre 11,5% e 12,5% ao ano.

Outro aspecto que merece destaque é a reconfiguração da política de investimentos. O aumento de 38% anunciado para essa finalidade decorre, em grande parte, da incorporação do Move Agricultura e do EcolInvest Brasil, enquanto programas tradicionais como Moderfrota, PCA, Proirriga, Inovagro e Prodecoop tiveram reduções expressivas de orçamento. Essa mudança indica uma transição para um

modelo em que o governo atua menos como financiador direto e mais como indutor de investimentos, estimulando a participação do mercado privado por meio de instrumentos complementares.

Conclusão

O Plano Safra 2026/2027 é ligeiramente melhor que o de 2025/2026, mas não é o Plano Safra que o agronegócio brasileiro esperava ou demandava. Ele reflete mais as limitações fiscais do Estado do que a real necessidade de financiamento de um setor que responde por cerca de um quarto do PIB nacional e continua ampliando sua participação no comércio mundial de alimentos.

Síntese Final

O principal legado desta edição talvez não seja o volume de recursos anunciado, mas a confirmação de uma mudança estrutural: o futuro do financiamento agropecuário dependerá cada vez menos do crédito rural subsidiado e cada vez mais da capacidade de integrar recursos públicos, mercado de capitais e instrumentos privados de financiamento. Essa transição exigirá aperfeiçoamentos regulatórios, maior previsibilidade e mecanismos que assegurem acesso competitivo ao crédito para produtores de todos os portes.

RESUMO EXECUTIVO

Leitura Rápida — Plano Safra 2026/2027

Os Números em uma Página

Indicador	Resultado
Total Agricultura Empresarial	R\$ 525,1 bi (+1,7%)
Equalização do Tesouro	R\$ 5,56 bi (+41%)
Recursos Efetivamente Equalizados	R\$ 97 bi (-14,8%)
Investimentos (com novos programas)	R\$ 140,2 bi (+38,1%)
Pronamp	R\$ 72,6 bi (+5,1%), juros a 9%
Linhas tradicionais de investimento	9 de 10 com redução de orçamento
Faixa de juros das linhas estruturantes	11,5% a 12,5% a.a.

3 Pontos-Chave

- Juros caíram, mas a meta de um dígito não foi cumprida: a maioria das linhas de investimento (mecanização, irrigação, inovação, cooperativismo) segue entre 11,5% e 12,5% ao ano.
- O governo está gastando mais para entregar menos crédito subsidiado: equalização do Tesouro subiu 41%, mas o volume de crédito equalizado caiu 14,8% — sinal de insustentabilidade fiscal do modelo atual.
- O crescimento dos investimentos é “maquiagem contábil”: o salto de 38% só existe por causa do Move Agricultura e do EcolInvest Brasil; linhas tradicionais como Moderfrota (-54%), Proirriga (-38%) e Inovagro (-38%) foram fortemente cortadas.

O Que Isso Significa para o Produtor

- Pequenos e médios produtores (Pronamp) saem relativamente bem atendidos, com juros mais baixos e prioridade mantida.
- Grandes produtores e empresas terão de recorrer cada vez mais a CPRs, LCAs, Fiagros e mercado de capitais, já responsáveis por mais de um terço do financiamento total.
- Investimentos em mecanização, irrigação e armazenagem continuarão sendo postergados por muitos produtores, dado o custo financeiro ainda elevado.
- A tendência estrutural é clara: o Plano Safra deixa de ser o principal financiador da agropecuária e passa a atuar como indutor e catalisador de capital privado.

Veredicto Cogo Inteligência em Agronegócio

Avanço pontual, não estrutural. O Plano Safra 2026/2027 melhora marginalmente em relação ao ciclo anterior, mas confirma que o modelo tradicional de crédito rural subsidiado está perdendo força diante das restrições fiscais do país. Para o agronegócio, o recado é direto: diversificar fontes de financiamento deixou de ser opção e passou a ser necessidade.

Cogo Inteligência em Agronegócio | Junho 2026